

A EUGENIA E O PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DO POVO BRASILEIRO. 1900-1933

Sheila Cristina Alves de Lima Luppi*

RESUMO: Este artigo é parte das minhas reflexões sobre o projeto de aperfeiçoamento da população brasileira, entre 1900 e 1935. Muitos foram os intelectuais que se ocuparam de pensar como transformar uma população mestiça, pobre e analfabeta, em uma Nação. Nesse período era comum a crença entre os letrados de que as mazelas do país estavam relacionadas à diversidade étnica da população. Desse debate participaram intelectuais, médicos, políticos, educadores e representantes de diferentes segmentos sociais. Os diversos interesses envolvidos geraram conflitos, um debate marcado por contradições e ambigüidades.

ABSTRACT: This article is part of my reflections on the project for improvement of the Brazilian population, between 1900 and 1935. Many intellectuals who take care of thinking and transform a mestizo population, poor and illiterate in a nation. In this period it was common belief among the literate of the country's problems were related to the ethnic diversity of the population. Part of that debate intellectuals, doctors, politicians, educators and representatives of different social segments. The various interests involved generated conflict, a debate marked by contradictions and ambiguities.

Monteiro Lobato, esse ano de 2008, ganhou destaque nos meios de comunicação, com sua obra “O presidente negro”¹. O motivo para tanto foi a eleição atual de um negro, Barack Obama, para a presidência dos Estados Unidos. Essa obra, único romance de Lobato, narra a história de um jovem, Ayrton, que após sofrer um acidente é socorrido por um cientista que inventou um porvirosópio, um equipamento que permite ver o futuro. Ayrton e o cientista acompanham a eleição para a presidência dos EUA, no ano de 2228. Nesse país não houve mistura das raças. A eugenia havia esterilizado os degenerados, reduzindo-os a um número insignificante. Os negros foram segregados, mas não antes de passarem por um processo de branqueamento. A única característica visível que restara foram os cabelos crespos. Todavia, o número de negros era muito maior que o de brancos.

A proximidade das eleições presidenciais e a candidatura do negro Jim Roy mobilizaram os brancos que buscaram uma solução para a ameaça de ter por presidente do país um negro. Os brancos então lançaram um produto capaz de igualar definitivamente a

* Aluna do Programa de Pós- graduação da Universidade de Brasília e bolsista da Caps. Mestrado em História. Área de concentração: História Social, sob a orientação da profª Drª Ione de Fátima Oliveira.

¹ LOBATO, Monteiro. *O Presidente Negro*. Obras completas de Monteiro Lobato. Vol. 5. Editora Brasiliense Limitada, 1946

aparência de brancos e negros, todos teriam cabelos lisos. Foi uma corrida em busca do produto milagroso, que igualaria brancos e negros. O que eles não sabiam é que esse produto, além de alisar os cabelos, esterilizava o homem. Era o fim da raça negra. Uma solução final bem menos drástica que o holocausto.

A obra em questão é de 1926. Todavia, a eugenia é uma idéia bem mais antiga. Sinônimo de beleza, pureza da raça e superioridade, esta já circulava entre os gregos da Antiguidade. Não se trata aqui de discutir permanências e rupturas do ideário eugênico ao longo dos séculos. Mas se relacionarmos os primórdios da eugenia com os avanços nas pesquisas em células tronco, diagnósticos de pré-implantação – DGPI – clonagem, e engenharia humana, percebemos que o projeto de aperfeiçoamento da espécie humana não foi abandonado.

Segundo Habermas (2004), a aceleração das transformações, o liberalismo político e os avanços tecnológicos levaram à superação das doutrinas e modelos de conduta, dignos de imitação. A partir daí, a elaboração desses modelos passou a ser resultado de uma autocrítica do indivíduo, que deveria buscar identificar sua constituição enquanto pessoa na consciência de sua própria existência (apropriação crítica do passado).

A crítica de Habermas ao que ele chama de eugenia liberal - utilização de biotécnicas capazes de modificar a natureza humana através da manipulação genética – é quanto a legitimidade da autoridade daqueles supostamente aptos a apontar as características do “protótipo de homem ideal”. Seria o Estado, a ciência ou os pais desses futuros indivíduos? Habermas comenta ainda a forma como as intervenções biotécnicas mudarão a concepção de mundo do homem a partir do momento em que ela mudar sua natureza: “ (...) o desenvolvimento biotécnico revela uma dinâmica que ameaça derrubar os longos processos normativos de esclarecimento” (2004: 25). As “barrigas de aluguel”, por exemplo interferem na forma como entendemos a família e as relações de parentescos. A sociedade se faz cindida pela disputas de investidores, pelo interesse do Estado (que reivindica ações bem sucedidas capazes de garantir o bem-estar de seus cidadãos) e daqueles que temem a intervenção biotécnica na natureza humana. Isso ocorre porque não dispomos de informações suficientes para nos posicionarmos. É preciso delimitar os limites entre intervenções terapêuticas e aqueles que visam o aperfeiçoamento da espécie, além do estabelecimento de uma ética da espécie para que a modernização social não ameace a adaptação cognitiva do homem às condições de vida objetiva. “Mistura explosiva de darwinismo com ideologia de livre-comércio, que se disseminou na virada do século XIX para o século XX, sob a proteção da

Pax Britânica, [a eugenia] parece renovar-se sob a influência do neoliberalismo que se globalizou” (2004: 30).

Foi na virada do século XIX para o século XX que a eugenia ganhou adeptos no mundo todo, inclusive no Brasil. Foi uma época marcada por profundas mudanças, como a industrialização da produção, o processo de independência da América, a colonização da África e, no Brasil, o fim do sistema escravista e do Império, entre muitas outras. Tais transformações interferiram na ordem social, econômica e política de muitos países e deram origem a novos problemas e questionamentos que precisavam ser pensados.

Stepan (2005) afirma que raça e eugenia são conceitos relacionados desde sempre, e ambos estão intimamente relacionados aos avanços e à interpretação da ciência moderna. O termo raça, segundo Schwarcz, foi “introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a idéia de existência de heranças físicas e permanentes entre vários grupos humanos” (1993: 47). Essa idéia estava inserida numa discussão mais ampla, sobre a origem do homem, iniciada no Século das Luzes. No entanto, no século XVIII, contrariando a teoria do “bom selvagem” de Rousseau, já circulava na Europa interpretações negativas em relação à América, como a tese de “infantilidade do continente”, de Buffon (1707-1788), e a de “degeneração americana”, de De Pauw (SCHWARCZ, 1993: 46). Já o termo eugenia – “eu: boa; genus: geração – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton” (Idem: 60). Primo de Charles Darwin, Galton (1822-1911) acreditava que as habilidades humanas estavam relacionadas com a hereditariedade. Para ele a eugenia era uma ciência que buscava compreender as leis entender as leis da hereditariedade, com o objetivo de aprimorar o que as raças possuíam de melhor, sejam essas características físicas ou mentais, e garantir saúde às gerações futuras. A teoria de Galton confirmava o que Gregor Mendel havia dito anteriormente: – unidades hereditárias não sofriam influência do meio ambiente, ou seja, ainda que fosse realizadas alterações no ambiente social, isso não resultaria em melhorias permanentes ou duradouras das características hereditárias. Mendel (1822-1884) foi um monge agostiniano e botânico. Sua condição de homem religioso e suas referências a Darwin fizeram com seus estudos ficassem esquecidos pelo menos até 1900, quando foram redescobertos por outros pesquisadores.²

Muitos foram os estudiosos, naturalistas e filósofos, que defenderam a idéia de hierarquização das raças humanas e superioridade da raça branca. No entanto, segundo Raeders (1988:11), nenhum outro defendeu tão abertamente a raça ariana, “a mais nobre de

² Disponível em <http://www.ufv.br/dbg/labgen/mend.html>. Acessado em 24/04/2009.

todas” como Gobineau, em sua obra *Ensaio sobre as desigualdades das raças*, de 1853. Considerado “pai do racismo”, Gobineau (1816-1882) foi ministro da França no Brasil entre abril de 1869 e maio de 1870. Esse pensador sustentava que os latinos, assim como os judeus eram degenerados devido à mistura de raças.

A evolução do racismo “enquanto paradigma” (SCHWARCZ, 1993:54), foi a publicação de *Origem das Espécies*, de Charles Darwin, em 1858. A interpretação social baseada em conceitos das ciências naturais por outras ciências sociais, como a antropologia, a sociologia, a história, entre outras, deram origem a uma nova teoria – o darwinismo social. Tal teoria serviu, segundo Uemori (2008) de legitimação do capitalismo, do interesse pessoal em detrimento do coletivo, avalizou concepções conservadoras, como a eugenia, além de ser justificativa para o racismo de autores como Agassiz, Buckle, Le Bom e Gobineau.

A eugenia foi um marco no processo de modernização do Brasil, período marcada por ambigüidades e contradições. A fé no poder da ciência e do progresso se contrapunha à resistência da tradição. Carvalho (2005) enumera os fatores que anunciam a modernidade, entre 1870 e 1914, para depois apresentar a tese contrária. Os avanços são muitos: desenvolvimento econômico, extinção da escravidão, imigração, secularização da política, e por fim, a República. Essa também foi uma fase de renovação do pensamento brasileiro, com a importação de idéias européias, como o evolucionismo, positivismo e o darwinismo social. A confiança absoluta na ciência por parte da “geração ilustrada” – homens que queriam iluminar o país através da ciência e da cultura³ - alimentavam as esperanças de o país superar o atraso.

No final do século XIX, o diagnóstico sobre as condições de vida da população era desolador. O Brasil era, segundo Miguel Pereira, um “grande hospital”.⁴ Lobato (1919) assim classificava os 25 milhões de habitantes que o Brasil possuía na época: dezessete milhões de opilados⁵, três milhões de idiotas⁶ e dez milhões de impaludados⁷. O restante da população sofria com a leishmaniose, sífilis, anemia profunda, e alcoolismo. A salvação estava na ciência.

Os intelectuais questionavam que tipo de nação poderia ser formada a partir da mistura de brancos, negros e índios, com uma população doente, analfabeta e miserável. A

³ Barros apud Oliveira, 1990:81

⁴ Miguel Pereira, 1916. Disponível em www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7098.pdf.

⁵ Opilados: pessoas afetadas por um verme que causava o ‘amarelão’, ou ‘mal da terra’. Os sintomas, segundo Lobato era inteligência atrofiada, tristeza, ‘incapaz de vontade’ e ‘incapaz de progresso’. *Problema vital*. Obras Completas de Monteiro Lobato. Vol. 8. Editora Brasiliense Limitada, 1946, p. 231.

⁶ Pessoas com a Doença de Chagas. LOBATO, Monteiro. Op. cit., p. 239.

⁷ Pessoas afetadas pela malária. LOBATO, Monteiro. Op. cit., p. 247.

diversidade étnica da população brasileira era a explicação para a incapacidade do país em transformar-se numa nação moderna. Na medicina legal, por exemplo, os problemas de crime e responsabilidade estavam relacionados às “questões raciais e eugênicas” (STEPAN, 2005: p. 60). Assim podemos entender as obras de Nina Rodrigues, antropólogo, médico legista e psiquiatra que, embora declarasse simpatia pelo negro, afirmava que este, assim como o mestiço tinha potencial para regredir. Também defendia que, sendo inferior e incapaz de responder por seus atos, o mestiço deveria receber penas leves por seus delitos (Skidmore, 1978). Kabengele Munanga entendeu essa proposta como “uma espécie de *apartheid*” (2006: p. 60), ou seja, a institucionalização e legislação da diferença.

Carvalho (2005) afirma que, mais que indiferente à população, a modernidade brasileira tinha horror a ela. Quando não se observava uma absoluta ausência do povo, este era visto de forma negativa. Foi essa descrença na capacidade do negro e mestiço de civilizar-se que mobilizou muitos intelectuais da época na defesa pela imigração. Para Carvalho, “a própria república não era moderna” (2005: 120), pois excluía 95% da população, não incorporando a idéia de igualdade. Primeiro não tinha povo, e quando tomou conhecimento deste, não fez esforço algum para incorporá-lo ao regime. Modernizar significou excluir. Não por coincidência a maior parte da população era hostil ao novo sistema de governo, quando não era indiferente.

A adoção do ideário eugênico por parte da elite política e econômica, assim como dos intelectuais do país não foi aleatória, e sim uma solução científica e prática para os problemas nacionais, denominados “a questão social”, uma forma de naturalizar as diferenças, estabelecendo, para tanto, correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Além disso, feito alguns ajustes teóricos, o modelo racial, segundo Schwarz (1993) possibilitaria pensar na viabilidade de uma nação mestiça.

Os eugenistas brasileiros tinham forte influência da eugenia francesa lamarckiana. Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) era um naturalista que investigava a evolução das espécies e sua relação com o meio, sem para isso, recorrer às idéias criacionistas.⁸ Em fins do século XIX, início do século XX, seguidores da teoria de Lamarck, denominados “neolamarckistas” na tentativa de entender a diversidade humana, confundiam natureza e cultura, uma orientação particular para problemas de interação entre genética e o meio (STEPAN, 2005: 07), preservando, assim, lugar tanto para uma ação social proposital quanto para escolhas morais. Já na Grã-Bretanha e Alemanha, nessa mesma época, a eugenia

⁸ Criacionismo: teoria metafísica, ou seja, não científica, que afirma a existência de ser criador do mundo. Esse é o fundamento das mais diversas religiões do mundo.

baseava-se numa concepção mendeliana, que privilegiava um pré-determinismo biológico em detrimento das reformas sociais. Os adeptos da corrente mendeliana defendiam a criação de uma “raça pura” a partir da implantação de um método de seleção humana baseada em premissas biológicas.

Há várias definições possíveis para eugenia. Renato Kehl a entendia como uma “ciência bio-social”, orientada “tanto pelo conhecimento biológico e pelas diferentes disciplinas médicas, quanto pelo conhecimento social e político, como a sociologia, a pedagogia, a demografia e a antropologia” (SOUZA, 2007: p. 82).

Kehl foi o principal protagonista do ideário eugênico no Brasil. Médico, ambíguo e polêmico, Kehl entendia o eugenismo como forma de resolver os problemas que o país enfrentava na época –“as questões sociais” –, sem se preocupar em diferenciar problemas decorrentes da pobreza e falta de saneamento, daqueles genéticos.

Para que o ideário eugênico ganhasse legitimidade, Renato Kehl criou, em fevereiro de 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Podemos, através da leitura do Estatuto da Sociedade, observar a eloqüência do projeto de aperfeiçoamento da população. Os 140 associados pertenciam a diferentes setores da sociedade. O presidente da entidade, Arnaldo Vieira de Carvalho, médico fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo era genro de Júlio Mesquita, fundador do Jornal *O Estado de São Paulo*. A adesão da imprensa era evidente, já que vários dos membros da comunidade médica escreviam nos jornais de grande circulação e que seus artigos eram lidos por diversos setores da sociedade. A Sociedade tinha por objetivos (*Annaes de Eugenia*, 1919: 257):

- 1.º) *O estudo e a aplicação das questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da espécie;*
- 2.º) *O estudo e a aplicação das questões relativas à influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações succesivas e sobre as aptidões físicas, intelectuais e morais;*
- 3.º) *O estudo das ciências que se relacionam com a Eugenia;*
- 4.º) *A divulgação entre o público de conhecimentos higienicos e eugenicos, para o bem do indivíduo, da collectividade e das gerações futuras;*
- 5.º) *O estudo da regulamentação do meretrício;*
- 6.º) *Concorrer para o exame pré-nupcial dos nubentes.*

O discurso eugênico de Kehl foi marcado por preconceito, principalmente em relação ao pobre e seu estilo de vida. Através da Sociedade Eugênica de São Paulo Kehl apresenta sua

proposta de “eugenização”: a esterilização de “pervertidos, grandes criminosos, miseráveis, doentes mentais”; a “esterilização econômica”, no caso de casais incapazes de garantir, pelo próprio esforço, recursos que garantam a subsistência e a educação dos filhos; a “esterilização social”, que visava reduzir as despesas progressivas que a coletividade é forçada a sustentar com asilos de débeis mentais e inaptos ao trabalho; e, a “esterilização voluntária”, que deveria ser praticada por indivíduos com doenças físicas, por exemplo, tuberculosos, mulheres que, após repetidos partos, havendo perigo de vida, cuja morte deixará na orfandade os filhos.⁹

Trounson, eugenista britânico contemporâneo de Renato Kehl, afirmou que a preocupação dos eugenistas brasileiros com aspectos físicos, intelectuais e morais da população, deram à eugenia brasileira um caráter mais sociológico (SOUZA, 2007: 45). Não obstante, a crítica dos eugenistas ao estado da população brasileira estava diretamente relacionada à questão racial e tinha um apelo moral. Era preciso regenerar aqueles portadores de ‘doenças sociais’, os “resíduos humanos” – o alcoólatra, o sífilítico, o tuberculoso, o vadio, a prostituta, os doentes mentais e portadores de deformidades congênicas da classe pobre, negra e mestiçada (DIWAN, 2003: 162). O projeto eugênico defendido por Renato Kehl previa uma sociedade hierarquizada, limpa, forte, bela e saudável, com características diferentes da realidade social brasileira. Nessa coletividade idealizada não haveria espaço para a plebe, que na opinião de Kehl era “feia, desengonçada e doente” (KEHL, 1929: 03).

Roquete-Pinto foi o principal interlocutor nesse debate com Renato Kehl, se opondo à sua visão pessimista. Para ele, a degeneração do povo brasileiro era uma questão social e política, não racial. Todavia, durante o I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, ao mesmo tempo em que defendia serem as características dos tipos da população brasileira as melhores que se podiam desejar, Roquette-Pinto afirmava que, do ponto de vista moral era “preciso reconhecer que os mestiços manifestavam acentuada fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais” (ROQUETTE-PINTO, 1929: 146).

Enfim, os eugenistas se declaravam aptos a transformar a população brasileira em um “povo”. Era dever da medicina indicar o verdadeiro e legítimo caminho a seguir. Não se podia confiar na política, interessada, segundo Lobato (1919), na inércia do povo, que confirmava por meio de relatos oficiais ser o Brasil a nação mais rica e inteligente do mundo. O Estado era ineficiente. A Igreja negligenciava os cuidados com o corpo, preocupada que

⁹ KEHL, Renato. Sexo e Civilização. Apud Diwan, 2003: p. 167.

estava em salvar a alma. Mediante a tudo isso, a eugenia tornou-se alternativa viável, pois trazia em seus preceitos “a saúde integral do corpo e do espírito” (Annaes, 1919: p. 219).

Algumas considerações:

Ainda há muita discussão quanto à adesão de Lobato à eugenia. Todavia, o trabalho de Diwan (2003), que utilizou como fonte de pesquisa cartas pessoais que Monteiro Lobato trocou com Renato Kehl, trás à luz a defesa aos ideais eugênicos proferidas por Monteiro, seu racismo e preconceito contra o pobre. Em uma dessas cartas (escrita em 1936), há uma passagem transcrita por Diwan (2003: 136), em que Lobato imagina uma forma para concertar o Brasil: “Um terremoto de quinze dias para afofar a terra; e uma chuva de... adubo humano de outros 15 dias, para adubá-la. E começa tudo de novo. Perfeito não?”

Por certo não é meu objetivo “julgar” Monteiro Lobato. Todavia, quero ressaltar um aspecto muito peculiar da eugenia, a saber, as muitas interpretações possíveis: “Um complexo de idéias que se configurou em razão dos diferentes contextos sociais, políticos e institucionais a que esteve relacionada (SOUZA, 2007:11). Para Stepan (2005: 149), a eugenia era tanto um movimento estético-biológico, quanto um movimento pelo “aprimoramento da raça”. Já Schwarcz (1993: 60):

Como ciência ela supunha uma nova compreensão das leis de hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de nascimentos desejáveis e controlados; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade.

Esse caráter “poliforme” da eugenia nos possibilita pensar como esta conseguiu mobilizar conservadores, católicos, nacionalista, revolucionários, representantes de diversos segmentos sociais, com diferentes interesses.

A dificuldade em se pensar os muitos intelectuais envolvidos no debate aqui referido, parece ser, também, quanto ao rumo que a eugenia tomou na Alemanha nazista. A eugenia deixou de ser uma ciência e transformou-se em ideologia a favor de um Estado autoritário capaz de atrocidades. Por conta disso não encontrei referência à eugenia nos trabalhos de muitos nomes envolvidos, como Roquette-Pinto, Belisário Penna e Osvaldo Cruz.

Optei por refletir a eugenia como uma proposta de modernização do país, por se tratar de um fenômeno dinâmico. As profundas mudanças que o Brasil passou durante a primeira metade do século XX podem ser observadas através da evolução do pensamento de Monteiro Lobato, por exemplo. As “metamorfoses” pelas quais passam sua compreensão de mundo

ficam evidenciadas nas “metamorfozes do Jeca Tatu” (ALVES FILHO, 2003), seu mais famoso personagem. De preguiçoso, fruto da mestiçagem do branco com o índio, “funesto parasita, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso” (Idem: 33), a doente, vítima das endemias rurais e do descaso das autoridades com as condições de saúde da população, nunca mais será retratado pelo seu criador como “tipo racial inferior, degenerado, produto de má eugenia” (Idem: 68). Depois de 1941, de doente Jeca Tatu aparece como Zé Brasil, produto do subdesenvolvimento e da corrupção que caracterizam o Brasil na opinião de Lobato. Esse é um período que extrapola àquele proposto anteriormente. Todavia, essas contradições podem ser observada ao longo de todo esse período, em quase todos aqueles envolvidos nesse debate.

BIBLIOGRAFIA

ALVES FILHO, Aluizio. **As Metamorfozes do Jeca Tatu. A Questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato.** Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

BOMENY, Helena. **Os Intelectuais da Educação.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados. Escritos sobre História e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DIWAN, Pietra Stefania. **O Espetáculo do Feio. Práticas Discursivas e Redes de Poder no Eugênio de Renato Kehl. 1917 – 1937.** Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

FAUSTO, BORIS. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 – 1920).** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **O Futuro da Raça Humana.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro.** Obras completas de Monteiro Lobato. Vol. 5. Editora Brasiliense Limitada, 1946.

_____. **O Problema Vital.** Obras completas de Monteiro Lobato. Vol. 8. Editora Brasiliense Limitada, 1946.

MASIERO, André Luis. **"Psicologia das raças" e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica.** *Psicol. cienc. prof.*, mar. 2002, vol.22, no.1, p.66-79.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem.** Rio de Janeiro: Autêntica, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** 2ª Ed. SP: Brasiliense, 1986.

READERS, Georges. **O Inimigo Cordial do Brasil - o Conde Gobineau no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

RIOUX, Jean-Pierre. **A Associação em política**. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 99 a 140.

SCHWARCZ, Lília. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 231 a 270.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. **A Política Biológica como Projeto: A “Eugenia Negativa” e a Construção da Nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917 – 1932)**. Dissertação (Mestrado em História), 2007

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia. Raça, Gênero e Nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

UEMORI, Celso Noboru. **Darwin por Manoel Bomfim**. *Revista Brasileira de História*. 2008, vol.28, n.56, pp. 327-348. ISSN 0102-0188. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000200003&script=sci_arttext

Fontes:

Annaes de Eugenia, 1919. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Boletim de Eugenia: 1929. Faculdade de Direito Largo São Francisco. São Paulo, SP.

Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Faculdade de Direito Largo São Francisco. São Paulo, SP.